

ANÁLISE CONTRASTIVA DO DESEMPENHO ACADÊMICO DE COTISTAS E NÃO COTISTAS EM GESTÃO PÚBLICA NO RECÔNCAVO

Doraliza Auxiliadora Abranches Monteiro
Raflézia Souza Almeida Nascimento
Lys Maria Vinhaes Dantas
Elaine Silva Cordeiro

Resumo

No contexto de celebração dos 10 anos da Lei de Cotas e da sua revisão, prevista em lei, este estudo busca analisar o desempenho acadêmico de cotistas e não cotistas do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Na abordagem teórica destacam-se estudos sobre cotas e desempenho acadêmico nas universidades federais e na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica brasileira. Os dados coletados abrangem o período de 2012 a 2022 e a fonte de dados foi documental, contemplando, prioritariamente, históricos escolares dos egressos e documentos institucionais do curso. Realizou-se análise exploratória dos dados, teste de médias para amostras independentes e regressão linear múltipla. Os resultados apontam que não há diferença significativa entre o desempenho acadêmico de alunos cotistas e não cotistas no curso de Gestão Pública do Recôncavo e que outros fatores têm relação com o rendimento acadêmico dos alunos, como o tempo de permanência no curso, o número de reprovações e a idade de conclusão do curso.

Palavras-chave: Ações afirmativas. Formação no Campo de Públicas. Lei de Cotas.

Abstract

In the context of celebrating the 10th anniversary of the Quota Law and its scheduled revision, this study aims to analyze the academic performance of quota and non-quota students in the Technologist Course in Public Management at the Federal University of Recôncavo da Bahia. The theoretical approach highlights studies on quotas and academic performance in federal universities and the federal network of professional, scientific, and technological education in Brazil. The data collected covers the period from 2012 to 2022, and the data source was documentary, primarily comprising academic records of graduates and institutional documents of the course. Exploratory data analysis and multiple linear regression were conducted. The results indicate that there is no significant difference in the academic performance between quota and non-quota beneficiaries in the Public Management course in Recôncavo, and other factors are related to students' academic performance, such as the duration of enrollment, the number of failures, and the age of course completion.

Keywords: Affirmative Actions. Education in Public Administration Field. Quota Law.

1. INTRODUÇÃO

Uma discussão ainda presente nos estudos sobre educação superior no Brasil se refere às formas de inclusão e às cotas. Desde 2012, quando da promulgação da Lei 12.711/2012 (Lei de Cotas) tem havido um número expressivo de trabalhos que analisam o comportamento de cotistas e de não cotistas, sob múltiplos aspectos e variadas dimensões e

abordagens de análise. Um levantamento da produção acadêmica sobre o desempenho de cotistas e de não cotistas nesses dez anos resultou em 66 trabalhos, dentre artigos, dissertações e teses, que analisaram cotas como políticas públicas de ações afirmativas (Costa, 2016; Griner et al, 2013); questões de evasão (Santos, 2013); de inclusão (Carvalho e Garcia, 2019; Ferreira e Gurgel, 2012) e acesso e permanência (Costa, 2018; Jucá et al, 2019), comparações diversas sobre desempenho e eficiência (Araújo, 2021; Araújo et al, 2020; Cavalcanti et al, 2019; Cimino, Santos e Carvalho, 2015; Ribeiro, Peixoto, Bastos, 2017; Santiago et al, 2012), racismo e questões de exclusão (Lemos, 2017; Maciel, 2014), dentre outros. Para tanto, foram adotadas várias abordagens metodológicas, a exemplo do uso de funcionamento diferencial de itens (DIF), Teoria de Resposta ao Item (TRI), análise envoltória de dados (DEA), análise descritiva, por um lado, e estudos de caso, utilização de grupos focais e outras abordagens de natureza mais qualitativa.

Contudo, para este mesmo período e utilizando-se as mesmas ferramentas de busca, não foram encontrados trabalhos que tivessem foco em um ou vários cursos que compõem o Campo de Públicas. Assim, neste estudo, analisamos o desempenho acadêmico de cotistas e não cotistas do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CSTGP-UFRB), tomando como referência alunos que concluíram o curso entre os anos de 2012 a 2022, período que marcou os 10 anos da Lei de cotas no Brasil. Para a coleta de dados, foram extraídas e analisadas informações dos históricos acadêmicos de alunos que concluíram o curso no período estudado e os dados foram tratados estatisticamente.

Embora com menos força, até hoje se questiona a Lei de Cotas, dentre outros aspectos, por ser entendida um instrumento que favorece a queda da qualidade da educação superior no Brasil ou que fere o princípio constitucional da igualdade. Quanto a este último aspecto, já há pacificação legal quanto à constitucionalidade da Lei. Em 2009, o Partido Democratas entrou com uma arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) junto ao Supremo Tribunal Federal questionando a adoção de cotas raciais pela Universidade de Brasília. Como posto por Tramontina e Silva (2014, p. 202), de acordo com o DEM, essa política seria racista, fundamentada “em uma visão idealizada da experiência de cotas raciais estadunidense e tem uma compreensão equivocada das relações raciais no Brasil”. Tramontina e Silva, ao analisarem o voto dos ministros, relatam que o STF, após afirmar a necessidade das ações afirmativas, declara a constitucionalidade das cotas raciais reforçando “a base de um dos principais fundamentos dos Estados Democráticos de Direito, o princípio da igualdade material.” (Tramontina e Silva, 2014, p. 206). Gomes (2003), muito antes de

2012, já discutia os fundamentos das ações afirmativas no Brasil, defendendo o princípio da Equidade, em harmonia com a da Igualdade.

Quanto à primeira questão – da baixa qualidade atribuída à entrada de cotistas –, desde cedo vários estudos compararam o desempenho de cotistas e de não cotistas. Em boa parte deles, especialmente para as formações que não envolviam matemática, as diferenças eram poucas e, quando existiam, não tinham significação estatística (Pena, Matos e Coutrim, 2020; Nascimento e Bonfim, 2022). Consequentemente, um segundo preconceito deveria ter caído por terra, com base em evidências empíricas. Infelizmente, o senso comum não tem acompanhado os resultados de pesquisa e, em inúmeros espaços, estudantes cotistas evitam declarar essa condição, muita relacionada ao racismo, ao preconceito de classe, de etnia e de moradia, dentre outros fatores.

Nesse panorama, é importante registrar que “cotistas” não formam um grupo homogêneo, do mesmo modo que os alunos que ingressam nas universidades públicas via ampla concorrência. Não há um tipo apenas de cotas, pensando-se no escopo dos editais de seleção para a educação superior, do mesmo modo que cada discente tem sua própria história, com suas potencialidades e limitações. Embora os delineamentos metodológicos, como o empregado na pesquisa em relato, tendam a comparar o desempenho de cotistas x de não cotistas, esse é um recurso mais empregado para análise e avaliação das políticas públicas de ações afirmativas que propriamente uma análise de comportamento de indivíduos.

Isso nos leva a outros questionamentos: o que qualidade significa quando o senso comum entende que o ingresso via sistema de cotas possa diminuí-la? Como considerar o fracasso ou o sucesso acadêmico? Um aluno evadido necessariamente fracassou? Um aluno que concluiu o curso, mas que não tem qualquer sintonia com sua formação e não trabalhará na área, é um caso de sucesso? Neste sentido, é preciso reconhecer que qualquer parâmetro de contraste, no escopo da política de cotas, entre cotistas e não cotistas é uma contribuição limitada a um único aspecto, quando da ampla possibilidade de análise das ações afirmativas nas universidades e institutos federais, públicos, no Brasil.

Entendendo essas limitações e a vasta possibilidade de investigação, a pesquisa em relato, ainda assim, foca na análise de desempenho de cotistas x de não cotistas, considerando o potencial de contribuição do trabalho para suprir uma lacuna de estudos sobre o tema em relação aos cursos que compõem o Campo de Públicas, inclusive dando enfoque à experiência de um Curso Superior Tecnológico do Campo. E, igualmente, para reforçar a luta contra os preconceitos em relação às ações afirmativas.

Foram adotadas as seguintes variáveis para análise de desempenho: IRA (Índice de Rendimento Acadêmico), número de reprovação em componentes, número de trancamentos

em componentes, número de trancamentos totais, carga horária em atividades curriculares complementares (ACC) e tempo de permanência no Curso. Os dados foram contrastados para os alunos cotistas e de ampla concorrência que concluíram o CSTGP-UFRB, como “casos de sucesso”. Buscamos responder à pergunta: Quais as características do desempenho acadêmico de alunos cotistas e não cotistas no CSTGP da UFRB?

O artigo está dividido em mais quatro seções. A primeira apresenta o referencial teórico sobre o tema, observando-se o histórico da Lei de Cotas e os diversos tipos de cotas e uma discussão sobre o que seja desempenho acadêmico na Educação Superior. Em seguida, são detalhados os procedimentos metodológicos empregados na pesquisa. A terceira seção discute os resultados, iniciados pela descrição do perfil dos concluintes para que, posteriormente, seja apresentada a análise contrastiva do desempenho entre estudantes e modalidades de ingresso. O texto é encerrado com as considerações finais, nas quais é feita uma reflexão sobre as cotas no Campo de Públicas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 LEI DE COTAS E TIPOS DE COTAS

A Lei 12.711/2012, conhecida como a Lei de Cotas, tem objetivo de mitigar as barreiras de acesso ao ensino superior, impostas à população negra e indígena pelo processo inconcluso de abolição. A discussão sobre cotas, no Brasil, tem sido historicamente árdua e ainda hoje encontra dissenso. Teve, como grande defensor, o professor e ativista político pelos direitos civis, Abdias do Nascimento, autor do primeiro projeto de lei (PL) de cotas para população negra, PL 1332/1983 (Nascimento, 2013).

Com base no Censo de 1980, o então deputado Federal pelo Rio de Janeiro, Abdias do Nascimento, argumenta na justificativa do seu projeto que a desproporcionalidade no acesso à educação no país - 48% da população negra não tinha ou tinha menos de um ano de instrução, contra 25% da população branca - era fruto da falta de políticas compensatórias dos danos causados ao povo escravizado. Contudo, utilizando-se do Art. 153, § 1º da Constituição de 1967, que evoca o princípio da isonomia social do negro, o PL foi arquivado (BRASIL, 1983, p. 1).

A discussão segue, o cenário continua o mesmo até que em 1999 é apresentado, pela deputada federal Nice Lobão, o PL 73/99. Este projeto, diferente da proposta ampla de reparação social em diversos setores do deputado Nascimento, propunha a reserva de 50% das vagas de universidades públicas, sendo facultado às privadas, para um novo mecanismo de ingresso ao ensino superior, em alternativa ao vestibular. O PL não especifica público,

menciona tão-somente que o critério de seleção será o coeficiente de rendimento do estudante no ensino médio (BRASIL, 1999).

Em 2004, a deputada Nice Lobão requereu apensação do PL 3627/2004, de autoria do Poder Executivo, que, aí sim, dispunha sobre reserva de vagas nas universidades federais para pessoas negras e indígenas, projeto também arquivado (BRASIL, 2004). Em 2006, a deputada federal Neyde Aparecida, integrante da Comissão de Educação e Cultura, requer a realização de um seminário com representantes de diversos movimentos sociais para discutir a proposta de cotas no ensino superior, alegando a necessidade de implementar uma política que considerasse as diversidades existentes (BRASIL, 2006).

A discussão avança no Congresso após a divulgação dos dados do Censo 2010 (ARAÚJO, 2021). A pesquisa, com recorte de raça/etnia, mostrou que a taxa de acesso de jovens pretos/as e pardos/as ao ensino superior era de 9,9 e 11,1, respectivamente, enquanto para jovens brancos/as a taxa era de 28,1. Assim, após 13 anos de peleja entre apensações, desapensações, emendas e muita disputa ideológica em torno das cotas, o PL 73/99 vira a Lei 12.711/2012, Lei de Cotas (CORBUCCI, 2014).

No ínterim entre a propositura e a aprovação da Lei de Cotas, algumas ações afirmativas foram desenvolvidas pelo governo brasileiro, visando proporcionar acesso ao ensino superior, como o Programa Universidade para Todos (Prouni) que concede bolsas de estudo em instituições privadas, instituído pela Lei 11.096/2005 (BRASIL, 2005), e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que ampliou a oferta de instituições de ensino, instituído pelo Decreto 6.096/2007 (BRASIL, 2007). Importante também ressaltar que, apesar de todas as controvérsias na discussão sobre cotas no âmbito federal, vários estados instituíram sistemas de cotas a partir de 2003, sendo precursor o Rio de Janeiro, seguido do Distrito Federal e da Bahia (GUARNIERI, 2017; ARRIGONI, 2018).

Conforme a Lei de Cotas, até a efetiva revisão da norma, as instituições federais estavam obrigadas a reservar 50% das suas vagas para estudantes advindos de escolas públicas, dentre essas, 50% ficam reservadas para estudantes com renda familiar, *per capita*, de até um salário e meio. Para o percentual das vagas reservadas às cotas, a Lei traz como critério primordial o fator social, dentro desse universo, a distribuição deve obedecer, no mínimo, ao percentual populacional declarado pelo IBGE, para o fator raça, etnia e para pessoas com deficiência (BRASIL, 2012). Para além dos recortes legais, existe também a cota pelo fator gênero (transexuais e travestis) implementada, até agora, por cinco universidades, três na Bahia (UNEB, UFSB e UEFS), uma em São Paulo (UFABC) e uma no Amapá (UEAP) (RIBEIRO, 2023).

Dia 09 de agosto de 2023, foi aprovado pela Câmara o PL 5384/20, atendendo à revisão da Lei de Cotas de 2012. O texto aprovado, segundo a Agência Brasil, prevê a redução da renda familiar per capita para ingresso de aluno da rede pública nas cotas, passando de 1,5 salário mínimo para um salário mínimo por pessoa, e inclui os quilombolas no sistema de cotas. O texto seguiu para o Senado Federal.

Mesmo com o arcabouço legal definido, ainda hoje se observa uma resistência às cotas, ainda que bem menor que antes. A seção a seguir endereça o desempenho acadêmico, que, como dito na introdução, o senso comum espera que seja inferior para os cotistas quando comparado ao desempenho da ampla concorrência.

2.2 DESEMPENHO ACADÊMICO E COTAS NO ENSINO SUPERIOR

A partir do levantamento da produção acadêmica sobre o desempenho de cotistas e de não cotistas¹, foi possível identificar a diversidade de abordagens metodológicas, técnicas e métricas utilizadas como *proxies* de desempenho para a análise dessa relação, assim como diferentes *loci* empíricos analisados (cursos, universidades, estudantes, componentes curriculares).

Sabe-se que as políticas de ações afirmativas produziram aumento da participação de estudantes oriundos de escola pública e de pessoas com renda mensal familiar de estratos inferiores (Carvalho e Garcia, 2019; Araújo, 2021), o que sinaliza a característica inclusiva das ações. Contudo, a qualidade e o desempenho foram temas frequentes desde o início da sua implementação (Araújo et al, 2020), ora pelo questionamento e tensionamento das ações de inclusão, pelo viés da meritocracia, ora para avaliar a execução, o aprimoramento e a permanência das mesmas.

Em relação ao desempenho e a sua mensuração, diferentes definições, usos e debates são assumidos nessa discussão no setor público (Pacheco, 2009). Isso se reflete também no levantamento realizado para esta pesquisa. São diversas as variáveis utilizadas para a mensuração de desempenho dos alunos/as (cotistas e não cotistas), relacionadas tanto ao desempenho ao ingressar, quanto ao cursar o ensino superior (desempenho obtido ao longo da trajetória acadêmica). Nesse sentido, métricas de resultados no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), índices ou coeficientes institucionais de rendimento acadêmico, conceitos e notas em

¹ Foram analisados 67 textos sobre o desempenho acadêmico de cotistas e não cotistas na educação superior pública. Sua maioria são artigos (44), 17 dissertações, 5 teses e 1 livro digital. Os dados foram coletados através do Scopus, Portal de Periódicos CAPES, Scielo, Spell e Google Acadêmico, considerando o recorte temporal de 2011 a 2022. Os resultados da revisão sistemática de literatura estão sendo sistematizados em outro texto.

componentes/disciplinas ofertadas, frequência em aulas, assim como taxas de reprovação, integralização, diplomação e evasão, foram utilizados pela vasta literatura já produzida sobre o tema.

Estudos como os de Araújo et al (2020) utilizaram o ENADE como variável de referência para a análise do desempenho. Os autores investigaram o diferencial de desempenho entre os estudantes cotistas e não cotistas no Exame, considerando, inclusive, o efeito heterogêneo entre os tipos de cotas disponíveis: étnico-racial, renda, escola pública, combinação e outros. E os achados apontaram que o desempenho é afetado de maneira heterogênea a depender do tipo de cota e, em média, o cotista apresentou desempenho abaixo do não cotista no ENADE.

Os estudos de Arrigoni (2018), Silame, Júnior e Fonseca (2020) e Vilela et al. (2021) consideraram o desempenho de alunos ao ingressar e ao cursar o ensino superior. Arrigoni (2018), por exemplo, utilizou, como variável de ingresso entre cotistas e não cotistas, o desempenho obtido no ENEM e, como a variável de desempenho ao cursar o ensino superior, o Coeficiente de Rendimento Acadêmico (CRA). Apurou-se que o desempenho acadêmico dos cotistas no ENEM foi inferior ao dos não cotistas, ao passo que na análise do CRA não houve diferença de desempenho entre os dois grupos. Isto demonstra que a diferença inicial de desempenho no ingresso no ensino superior pode ser dissipada ao longo da trajetória do curso. Fator abordado também pelos estudos de Griner et al. (2013) e Pena e Matos e Coutrim (2020), que apontam para uma tendência à estabilidade e similaridade nos rendimentos acadêmicos, pós ingresso na universidade.

Por outro lado, os estudos de Garcia e Jesus (2015) e Biembengut et al, (2021), apresentaram diferenças significativas no desempenho de cursos “mais valorizados”, como os de engenharias, em que a nota média de ingresso na universidade é mais alta. Os autores defendem que a possível defasagem na formação anterior do estudante cotista implicou o menor rendimento acadêmico. Na mesma direção, o estudo de Cavalcanti et al (2019) apresentou diferenciais de desempenho para a área de Ciências da Saúde, indicando, pelos autores, que fatores socioeconômicos podem ser mais relevantes para o desempenho do aluno na universidade do que sua forma de ingresso. A questão socioeconômica é reforçada nos estudos de Cimino, Santos e Carvalho (2020) que afirmam que a implantação das políticas de cotas nas instituições federais de ensino tornou o ambiente acadêmico mais heterogêneo em relação à situação socioeconômica dos alunos, mas aponta para situações socioeconômicas nas quais os alunos tendem a obter um desempenho inferior aos seus pares.

Araújo (2021) analisou disciplinas específicas do curso de contabilidade e não identificou diferenças entre o desempenho de estudantes beneficiados com políticas de ações afirmativas em relação aos não beneficiados. Ao passo que a análise do rendimento global dos estudantes evidenciou relação negativa para variáveis relacionadas às cotas, sugerindo desempenho inferior de cotistas. Campos et al, (2017), na mesma área de conhecimento, constataram não haver diferenças estatísticas entre as taxas de evasão dos ingressantes das áreas de Negócios e de Ciências Contábeis por meio de ampla concorrência e de cotas, sugerindo que as ações afirmativas não estão relacionadas às taxas de evasão. Achados, apontados também por outros estudos, de que a taxa de evasão é menor entre os cotistas (JUCÁ et al., 2019; SILVA, CHAVIER e COSTA, 2020).

A diversidade de abordagens e achados nos leva a refletir que, para a análise de desempenho das políticas de ações inclusivas, além de fatores como áreas de conhecimento e cursos, especificidades locais, perfis discentes, condições culturais e institucionais e políticas de permanência, devem ser considerados também aspectos relacionados às dimensões políticas e capacidades institucionais que podem afetar o desempenho dos beneficiários das ações de cotas no ensino superior. Isto não exige análises que considerem o desempenho acadêmico *per se*, como o abordado pelo presente texto, mas pondera-se para a necessidade de ampliação dos aportes analíticos sobre este fenômeno que é complexo e ao mesmo tempo multifacetado.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa possui natureza quantitativa, de caráter documental e aplicado. Teve como fonte de dados documentos institucionais como históricos escolares dos egressos, Plano Político Pedagógico, relatórios e regulamentos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública e Resoluções da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Para a coleta dos dados relacionados ao perfil do egresso e às variáveis de desempenho, foram extraídas e analisadas informações dos históricos acadêmicos de 164 alunos que concluíram o curso no período de 2012 a 2022 e do Sistema de Gestão das Atividades Acadêmicas – SIGAA, portal acadêmico utilizado pela UFRB.

Sobre o perfil pessoal, consideramos as variáveis sexo, município de nascimento e idade em que concluiu o curso (calculada a partir do item “ano de nascimento”), período letivo inicial e de saída e Status Cotista. Destaca-se que o nome das variáveis foi dado a partir das informações extraídas nominalmente, como informado no histórico ou no Sistema Acadêmico, mantendo os padrões institucionais de análise. A variável sexo, por exemplo, é formada a

partir da informação no documento do indivíduo, e não é uma autodeclaração, o que nos fez mantermos os padrões documentais institucionais.

Dos 164 alunos que concluíram o curso no período pesquisado, a maioria é composta por mulheres (52,4%). A maior parte destes alunos nasceu em municípios situados na Bahia: Feira de Santana e Salvador totalizam 31,8%; dos municípios predominantes do Território do Recôncavo destacam-se: Cachoeira (14,6%), Cruz das Almas (14%) e São Felix (13,4%). Alguns alunos são oriundos de outros estados (SP - 5, RJ -1, PE-1, MS-1). A média de idade de conclusão de curso é de 30,5 anos, com desvio-padrão de 8,9 anos. A idade mínima de conclusão foi de 20 anos e a máxima de 57 anos. A metade dos alunos (82) concluiu o curso em até 28,5 anos.

Em relação às modalidades de ingresso (Tabela 1), a maior parte destes alunos (86) ingressou por cotas em suas diversas tipificações totalizando 52,5%, e 45,7% (75 alunos) por ampla concorrência (AC). Três alunos ingressaram “Sem reserva” (SR), ou seja, por outras formas de ingresso, como editais de portador de diploma e transferência externa. Dentre as modalidades caracterizadas como cotas, predominam a “RV1. Cotista autodeclarado Preto ou Pardo (Resolução CONSUNI nº 005/2009)” com 16,5% dos concluídos, “L2. Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo”, “L3. que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas” com 15,2% e “L4. Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012, alterada pela Lei nº 13.409/2016)” com 14,0%.

Tabela 1 – Frequência das modalidades de ingresso dos egressos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da UFRB

Modalidade de ingresso	Freq.	%
AC. Vagas de Ampla Concorrência	75	45,7
L1. Candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012, alterada pela Lei nº 13.409/2016).	5	3,0
L2. Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo, que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.	25	15,2
L3. Candidatos que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012, alterada pela Lei nº 13.409/2016).	1	0,6
L4. Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012, alterada pela Lei nº 13.409/2016)	23	14,0

RV1. Cotista autodeclarado Preto ou Pardo (Resolução CONSUNI nº 005/2009).	27	16,5
RV2. Cotista autodeclarado Indígena ou descendente (Resolução CONSUNI nº 005/2009).	1	0,6
RV3. Cotista que tenha cursado integralmente o ensino médio em escola pública (Resolução CONSUNI nº 005/2009).	1	0,6
CQ. Candidato Morador de Comunidade Quilombola (Resolução CONAC nº 026/2014).	3	1,8
SR. Sem reserva de vaga (modalidade utilizada para os(as) convocados(as) nos processos seletivos que não utilizam a reserva de vagas)	3	1,8
Total	164	100,0

Fonte: resultados da pesquisa.

Sobre o desempenho acadêmico dos alunos, consideramos as seguintes variáveis de análise: IRA (Índice de Rendimento Acadêmico), número de reprovação em componentes, número de trancamentos em componentes, número de trancamento total, carga horária em atividades curriculares complementares (ACC) e tempo de permanência no Curso (Quaro 1).

Quadro 1 – Variáveis da pesquisa relacionadas ao perfil pessoal e ao desempenho acadêmico dos egressos em Gestão Pública da UFRB

Variáveis	Descrição	Fonte
Perfil		
Sexo	1 – Feminino 2 – Masculino	Histórico acadêmico
Município	Município de nascimento	Histórico acadêmico
Idade	Idade (em anos) de conclusão do curso	Histórico acadêmico
Período letivo	Período letivo inicial e de saída	Histórico acadêmico
Cotista	1 – Sim 2 – Não	SIGAA
Desempenho		
IRA	Índice de Rendimento Acadêmico (0 – 10)	Histórico acadêmico
Reprovação	Número de reprovação em componentes	Histórico acadêmico
Trancamentos	Número de trancamento em componentes	Histórico acadêmico
Trancamento total	Número de trancamento total do curso por semestre	Histórico acadêmico
ACC	Atividades complementares curriculares (Carga Horária)	Histórico acadêmico
Tempo de permanência	A razão entre o período letivo de saída e o período letivo inicial por semestre	Histórico acadêmico

Fonte: elaboração própria.

Os dados foram tratados estatisticamente. Após uma análise descritiva exploratória, foi realizado o teste de médias para amostras independentes e estimado um modelo de regressão linear múltipla com variáveis relacionadas ao rendimento acadêmico (IRA), considerado o principal indicador de desempenho.

A análise descritiva compreendeu análise de frequência e medidas de tendência central e dispersão, como média, desvio-padrão (DP) e amplitude, que visam verificar como os dados estão distribuídos e concentrados. Com o propósito de comparar médias de desempenho entre cotistas e ampla concorrência, foi realizado o teste t-Student para amostras independentes, que permite analisar se duas médias coletadas de amostras independentes diferem de forma significativa (Field, 2009). E, por fim, foi estimado um modelo de regressão por mínimos quadrados ordinários visando identificar associações do desempenho com variáveis predictoras.

Os dados foram coletados entre outubro e dezembro de 2022, consolidados em planilha do *Excel* e operacionalizados utilizando-se o programa Stata 14.0.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 ANÁLISE CONTRASTIVA DO DESEMPENHO ENTRE ESTUDANTES E MODALIDADES DE INGRESSO

O período letivo de ingresso predominante no grupo de concluintes se deu nos semestres 2012.1 (27) e 2011.1 (24). Os semestres nos quais ocorreram o maior número de conclusão de alunos foram 2013.2 (19), 2019.1 (15) e 2021.2 (15).

O tempo médio de permanência no curso foi de 8,7 semestres, acima do prazo médio de conclusão estipulado pelo projeto político pedagógico (8), sendo 6 semestres o tempo mínimo (igual ao estipulado pelo PPC) e o máximo de 17 semestres, demonstrando retenção de alunos no curso. A metade destes alunos formou em 4 anos (8 semestres) medidos pela mediana (Tabela 2). A análise por grupos nos permite observar que a média de permanência dos cotistas é menor do que os ingressantes por ampla concorrência.

Tabela 2: Dados descritivos sobre tempo de permanência no curso, por grupo, entre 2012 e 2022 – CSTGP-UFRB

Tempo de permanência por grupo	N	Mín.	Máx.	Média	DP	Mediana
Tempo de permanência/semestre – geral	164	6	17	8,7	2,3	8,0
Tempo de permanência/semestre – cotistas	86	6	17	8,5	2,2	8,0
Tempo de permanência/semestre – ampla concorrência	75	6	15	8,8	2,4	8,0

Fonte: resultados da pesquisa.

Sobre o desempenho acadêmico dos alunos, consideramos as seguintes variáveis: IRA (Índice de Rendimento Acadêmico), carga horária em atividades curriculares

complementares (ACC), número de reprovação em componentes, número de trancamentos em componentes e número de trancamentos totais.

A estatística descritiva das variáveis de desempenho é apresentada na Tabela 3. A média geral do IRA foi de 7,5, considerando o valor máximo de 10, com alunos que formaram com IRA mínimo de 4,3 e máximo de 9,3. A média geral de CH de ACC é de 82,1 horas, o mínimo é de 68 horas (mínimo exigido pelo PPC) e o máximo é de 175,5 horas, com desvio-padrão de 19,7 horas em atividades complementares. Em relação ao número de reprovação em componentes, a média geral é de 4,1 por aluno. Dos 164 egressos, 34,8% não reprovaram em componentes e alunos com reprovação em até dois componentes totalizam 26,8%. Dos alunos que trancam componentes em algum momento, 22% o fizeram uma vez, 8,5% por duas vezes e 53% nunca trancaram componentes.

Tabela 3 – Desempenho acadêmico dos alunos egressos de Gestão Pública da UFRB

Variáveis de desempenho	N	Mín.	Máx.	Média	DP
IRA	164	4,3	9,3	7,5	1,1
ACC (CH)	163	68	175,5	82,1	19,7
Reprovação/componente	164	0	28	4,1	5,9
Trancamento/componente	164	0	13	1,3	2,3
Trancamento/total	164	0	4	0,1	0,5

Fonte: resultados da pesquisa.

Ao analisar por modalidade de ingresso, foi possível observar que os cotistas possuíram melhores desempenho nas variáveis IRA, ACC e reprovação. O IRA de Cotista teve média de 7,51 e o de ampla concorrência 7,42. A média de reprovação para os cotistas foi de 3,63, enquanto para os ingressantes por ampla concorrência foi de 4,55. E a carga horária de ACC média dos cotistas foi de 83,74h, enquanto os de AC foi 80,79h (Tabela 4). A média de idade de conclusão de curso entre cotista e ampla concorrência é a mesma (30 anos).

Tabela 4 – IRA, ACC e reprovação/semestre, por modalidade de ingresso

IRA por modalidades de ingresso	N	Mín.	Máx.	Média	DP
IRA Geral	164	4,30	9,30	7,45	1,09
IRA Cotistas	86	4,30	9,00	7,51	0,99
IRA Ampla Concorrência	75	4,30	9,30	7,42	1,19
ACC Geral	163	68,00	175,5	82,1	19,7

ACC Cotistas	86	68,00	175,5	83,74	21,8
ACC Ampla Concorrência	75	68,00	146,8	80,79	17,4
Reprovação Geral	163	0	28	4,10	5,9
Reprovação Cotistas	86	0	26	3,63	5,19
Reprovação Ampla Concorrência	75	0	28	4,55	6,75

Fonte: resultados da pesquisa.

Sobre a análise do IRA por tipo de cotas, na Tabela 5 apresenta-se a descrição dos tipos de cotas e a estatística descritiva para cada uma delas, onde é possível observar que os resultados médios dos tipos de Cotas com maior participação (RV1, L2 e L4) variam de 7,3 a 7,6.

Tabela 5 – IRA por tipo de Cotas

IRA por tipo de Cotas	N	Mín.	Máx.	Média	DP
CQ. Candidato Morador de Comunidade Quilombola (Resolução CONAC nº 026/2014).	3	7,7	8,2	7,9	0,3
L1. Candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012, alterada pela Lei nº 13.409/2016).	5	6,2	8,9	7,4	1,3
L2. Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo, que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.	25	6,1	8,7	7,6	0,8
L3. Candidatos que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012, alterada pela Lei nº 13.409/2016).	1	5,3	5,3	5,3	.
L4. Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012, alterada pela Lei nº 13.409/2016)	23	5,6	9	7,7	0,9
RV1. Cotista autodeclarado Preto ou Pardo (Resolução CONSUNI nº 005/2009).	27	4,3	8,7	7,3	1,2
RV2. Cotista autodeclarado Indígena ou descendente (Resolução CONSUNI nº 005/2009).	1	7,7	7,7	7,7	.
RV3. Cotista que tenha cursado integralmente o ensino médio em escola pública (Resolução CONSUNI nº 005/2009).	1	7,7	7,7	7,7	.

Fonte: resultados da pesquisa.

Para comparar estatisticamente o desempenho acadêmico de alunos cotistas e alunos de ampla concorrência (não cotistas) do curso de Gestão Pública da UFRB, foi realizado o teste de médias para amostras independentes. O resultado não apresentou significância estatística (0,609), o que sinaliza que não há diferença entre o desempenho de alunos cotistas e não cotistas (Tabela 6), destacando o papel inclusivo das cotas no ensino superior e, especificamente, no curso de Gestão Pública da UFRB, assim como corrobora estudos que demonstraram não haver diferença de desempenho entre os dois grupos, como os de Araújo (2021), Campos et al, (2017), Griner et al. (2013), Pena e Matos e Coutrim (2020).

Tabela 6 – Desempenho acadêmico de alunos na modalidade AC (ampla concorrência) e cotistas

Teste de médias para amostras independentes					
ACXCOTAS		Média IRA	DP	Test t	Sig.
AC	75	7,42	1,19		
Cotas (somatórios das modalidades)	86	7,51	0,99	-0,51	0,609

Fonte: resultados da pesquisa.

Na Tabela 7 são apresentados os resultados do teste de média para os tipos específicos de cotistas que tiverem o maior número de alunos e o resultado também não apresentou significância na análise comparada com o IRA dos que ingressaram por ampla concorrência.

Tabela7 – Teste t para alunos de AC e por tipo de Cotas

Estatística Grupo					
Teste t para: ACxL2	N	Média IRA	DP	Test t	Sig.
AC	75	7,42	1,19		
L2. Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo, que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.	25	7,59	0,80	-0,667	0,506
Teste t para: ACxL4		Média IRA	DP	Test t	Sig.
AC	75	7,42	1,19		
L4. Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas	23	7,71	0,92	-1,219	0,229

Teste t para: ACXRV1		Média IRA	DP	Test t	Sig.
AC	75	7,42	1,19		
RV1. Cotista autodeclarado Preto ou Pardo.	27	7,30	1,17	0,44	0,662

Fonte: resultados da pesquisa.

A pesquisa permitiu, ainda, estimar um modelo de regressão para identificar outras variáveis relacionadas ao desempenho acadêmico dos egressos do Curso de Gestão Pública da UFRB. Foi considerado o IRA como a variável dependente e, como variáveis explicativas, uma variável *dummy* (1-Cotista;2-Não cotista) e variáveis numéricas, como o número de reprovação, trancamentos em componentes e trancamento total, atividades complementares curriculares (CH), tempo de permanência no curso e variáveis de controle como a idade de conclusão de curso e o gênero (*dummy*).

As variáveis que apresentaram relação significativa foram: o tempo de permanência no curso, o número de reprovações em componentes e a idade de conclusão do curso. Quanto maiores o tempo de permanência no curso, o número de reprovações e a idade de conclusão de curso, menor foi o IRA dos alunos. Assim como foi possível confirmar, a partir de outro método de pesquisa - modelo de regressão -, de que não houve diferença de desempenho entre cotista e AC, anteriormente observado no teste de médias.

Tabela x – Variáveis relacionadas ao desempenho acadêmico - IRA

IRA – Desempenho Acadêmico	Coeficiente	Std Erro	t	Sig.
Variáveis explicativas				
Cotista	.0365464	.0780085	0.47	0.640
Reprovação	-.1426214	.0095725	-14.90	0.000**
Trancamento em componentes	.024054	.0182112	1.32	0.189
Trancamento total	.1155357	.076815	1.50	0.135
Atividades complementares (ACC)	.0000392	.0000742	0.53	0.598
Permanência no curso	-.0757298	.0277476	-2.73	0.007**
Variáveis de controle				
Idade de conclusão	-.0111642	.0047942	-2.33	0.021*
Gênero	.0039793	.0776872	0.05	0.959
Constante	8.934965	.2760746	32.36	0.000
N	161			
R ²	0.8165			
R ² ajustado	0.8069			
F teste	84.56			0.000

Notas: **p<0,01, *p<0,05

Fonte: Resultados da pesquisa

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, buscou-se analisar o desempenho acadêmico de cotistas e não cotistas do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, tomando como referência alunos que concluíram o curso entre os anos de 2012 a 2022, período que marcou os 10 anos da Lei de cotas (12.711/2012) no Brasil.

O processo formativo pode levar os discentes a mesmos patamares de desempenho em algumas formações e pode não dar conta de equalizar os desempenhos em outras, especialmente aquelas que dependem de mais recursos por parte dos alunos para a realização dos cursos (como é o caso de Odonto e de Medicina) ou quando as diferenças de entrada são muito amplas (como no caso das engenharias, que dependem de base prévia em matemática).

Nosso estudo buscou identificar como se dá esse fenômeno no Campo de Públicas, considerando a incipiente pesquisa realizada sobre este tema para os cursos do Campo. Os resultados apontam que não há diferença significativa entre o desempenho acadêmico de alunos cotistas e não cotistas no curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Recôncavo e que outros fatores têm relação com o rendimento acadêmico dos alunos, como o tempo de permanência no curso, o número de reprovações e a idade de conclusão do curso.

A pesquisa permitiu, ainda, sinalizar sobre a importância das ações afirmativas no contexto das políticas públicas de ingresso e permanência no ensino superior, e reforçar a necessidade de estudar amplamente os cursos do Campo, considerando sua diversidade de *loci*, natureza dos cursos, especificidades, ênfase epistemológica e padrões regionais e culturais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Antonia Amanda et al. Diferencial de desempenho dos estudantes cotistas no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes: evidências sobre as instituições de ensino superior federais. **Revista Brasileira de Educação** [online]. 2020, v. 25 [Acessado 14 Setembro 2022], e250064. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782020250064>>.

ARAÚJO, Glaysson Aguilar de. **Ações afirmativas e desempenho discente contábil** [manuscrito]: uma análise longitudinal com estudantes da UFMG. Dissertação de mestrado. [Programa de Pós-graduação em Controladoria e Contabilidade](#). FCE-UFMG, 2021. 110 f.: il.

ARRIGONI, Fernando José. **Gestão pública: busca da igualdade social a partir da Ação Afirmativa Cota no ensino superior brasileiro**. Tese de doutorado. FGV-EBAPE, 2018. 307 f.

BIEMBENGUT, T. M.; PACHECO, P. S.; CONINCK, J. C. P. Análise do desempenho acadêmico de cotistas e não cotistas na UTFPR - Curitiba. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 25, n. 1, p. 35–48, 2021. Disponível em:

<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/8756>.

Acesso em: 13 set. 2022.

BRASIL. **Lei 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Publicada no DOU de 30.8.2012

BRASIL. **PL 1332/1983**. Deputado Federal Abdias do Nascimento. PDT- RJ. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1167638. Acesso em: ago/2023.

BRASIL. **PL 3627/2004**. Poder Executivo. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=254614>.

Acesso em: ago/2023.

BRASIL. **PL 77/1999**. Deputada Federal Nice Lobão. PFL - MA. Disponível em: <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD16MAR1999.pdf#page=78>. Acesso em: ago/2023.

BRASIL. **REQ 242/2006**. Comissão de Educação e de Cultura (CEC). Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=385036&filename=Tramitacao-PL%2073/1999. Acesso em: ago/2023.

CAMPOS, L. C.; MACHADO, T. R. B.; MIRANDA, G. J.; COSTA, P. S. Cotas sociais, ações afirmativas e evasão na área de Negócios: análise empírica em uma universidade federal brasileira. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, v. 28, n. 73, p. 27-42, 2017.

CARVALHO, R. M. A.; GARCIA, F. C. Percepção sobre o desempenho de alunos cotistas e não cotistas: um estudo de caso dos alunos de Direito e Medicina da Universidade Federal de Viçosa. **FACEF Pesquisa: Desenvolvimento e Gestão**, v. 22, n. 1 – jan./fev./mar./abr. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2XystZzh>. Acesso em: 27 dez. 2019.

CAVALCANTI, Ivanessa Thaiane do Nascimento. **Existe diferencial de desempenho entre estudantes cotistas e não cotistas?** Uma análise da política de cotas na UFBA pelo propensity score matching./ Ivanessa Thaiane do Nascimento Cavalcanti. – Salvador, 2015.

CIMINO, L. de S.; SANTOS, E. V. dos; CARVALHO, L. A. de. Análise do desempenho acadêmico entre alunos cotistas e não cotistas do IFMG -campus Congonhas e Formiga. **Dialogia**, São Paulo, n. 41, p. 1-18, e 20206, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/414.2022.20206>.

CORBUCCI, Paulo Roberto. **Evolução do acesso de jovens à educação superior no Brasil**. IPEA. Texto para discussão 1950. Brasília. 2014. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3021/1/TD_1950.pdf. Acesso em: ago/2023.

FIELD, A.. **Descobrimo a estatística usando SPSS**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009

GARCIA, F. A.; JESUS, G. R. Uma avaliação do sistema de cotas raciais da universidade de Brasília. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 26, n. 61, p. 146-165, 2015. <https://doi.org/10.18222/eaee266102773>

GOMES, Joaquim Barbosa. As Ações Afirmativas e os Processos de Promoção da Igualdade. **Anais do Seminário Internacional as Minorias e o Direito**. Brasília, v. 24, 2003

GRINER, A.; GOMES, A. C. C.; SAMPAIO, L. M. B.; SOUZA, S. K. C. Políticas de cotas: desempenho acadêmico e determinantes de acesso à Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **Revista Ciências Administrativas**, v. 19, n. 1, p. 166-185, 2013.

GUARNIERI, F. V.; MELO-SILVA, L. L.. Cotas Universitárias no Brasil: Análise de uma década de produção científica. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n. 2, p. 183–193, maio 2017.

JUCÁ, S. C. S., CANDIDO, F. G., SILVA, S. A. da; ALVES, F. R. V. Acesso, Permanência e êxito no Ensino Superior: Análise do Desempenho Acadêmico e da Evasão de Estudantes no IFCE. **Revista Thema** 16.1 (2019): 115-28. Web.

MARTINS FILHO, José Murilo. **Efeito distributivo da implantação de cotas no desempenho dos alunos do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Ceará** - Estudo comparativo entre um período anterior (2011-2012) e posterior (2014-2015) à adoção da reserva de vagas. 2018. 54f. - Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) - Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade - FEAAC, Programa de Economia Profissional - PEP, Universidade Federal do Ceará - UFC, Fortaleza (CE), 2018.

MAYORGA, C.; SOUZA, L. M. Ação afirmativa na universidade: a permanência em foco. **Psicologia Política**, v. 12, n. 24, p. 263-281, 2012.

MENDES JUNIOR, A. Uma análise da progressão dos alunos cotistas sobre a primeira ação afirmativa brasileira no ensino superior: o caso da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 82, p. 31-56, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362014000100003>

MUNHOZ, A. M. H. **Uma análise multidisciplinar da relação entre inteligência e desempenho acadêmico em universitários ingressantes**. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil, 2004.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. Abdias Nascimento e as políticas afirmativas. Terceiro Milênio: **Revista Crítica de Sociologia e Política** Ano i nº 01 Julho a Dezembro/2013

PACHECO, R. S. Mensuração de desempenho no setor público: os termos do debate. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 14, n. 55, 2009. DOI: 10.12660/cgpc.v14n55.44208. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/44208>. Acesso em: 7 ago. 2023.

PEIXOTO, A. de L. A., RIBEIRO, E. M. B. de A., BASTOS, A. V. B., & RAMALHO, M. C. K. Cotas e desempenho acadêmico na UFBA: um estudo a partir dos coeficientes de rendimento. **Avaliação: Revista Da Avaliação Da Educação Superior (Campinas)**, 21(2), 569–592, 2016. <https://doi.org/10.1590/s1414-40772016000200013>.

PENA, M. A. C.; MATOS, D. A. S.; COUTRIM, R. M. da E.. Percurso de estudantes cotistas: ingresso, permanência e oportunidades no ensino superior. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)** [online]. 2020, v. 25, n. 01 [Acessado 12 Setembro 2022] , pp. 27-51. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-40772020000100003>>. Epub 22 Maio 2020. ISSN 1982-5765. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772020000100003>.

RIBEIRO, J.; NASCIMENTO, V.. **Inclusão: apenas cinco universidades públicas destinam vagas a pessoas trans**. 2023. Disponível em: <https://www.casaum.org/inclusao-apenas-cinco-universidades-publicas-destinam-vagas-a-pessoas-trans/#:~:text=A%20chamada%20%E2%80%9CLei%20de%20Cotas,e%20estudantes%20e%20escola%20p%C3%BAblica>.

SILAME, T. R.; JUNIOR, H. M.; FONSECA, A..H..S.. O efeito das cotas: desempenho acadêmico dos estudantes cotistas da Universidade Federal de Viçosa - Campus Rio Paranaíba. **Revista Brasileira de Ciência Política** [online]. 2020, n. 33 [Acessado 12 Setembro 2022] , e193375. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-3352.2020.33.193375>>. Epub 02 Dez 2020. ISSN 2178-4884. <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2020.33.193375>.

SILVA, B. C. M.; XAVIER, W. S.; COSTA, T. M. T. Sistema de Cotas e Desempenho: Uma Comparação entre Estudantes Cotistas e não Cotistas na Universidade Federal de Viçosa. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 12, n. 3, p. 1-21, 2020.

TRAMONTINA, R.; DA SILVA, R. L. N. O debate em torno das cotas raciais como critério para o ingresso no ensino superior: Considerações acerca da Ação por Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 186. **Revista Brasileira de Direitos Fundamentais & Justiça**, [S. l.], v. 8, n. 28, p. 190–208, 2014. DOI: 10.30899/dfj.v8i28.204. Disponível em: <https://dfj.emnuvens.com.br/dfj/article/view/204>. Acesso em: 16 jul. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **Resolução CONSUNI nº 005/2009**. Dispõe sobre normas para o processo seletivo para ingresso nos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia com a adesão ao Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Disponível em <https://www1.ufrb.edu.br/soc/atas-e-resolucoes?page=23>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **Resolução CONSUNI nº 005/2009**. Dispõe sobre normas para o processo seletivo para ingresso nos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia com a adesão ao Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Disponível em <https://www1.ufrb.edu.br/soc/atas-e-resolucoes?page=23>

VILELA, L.; TACHIBANA, T. Y.; MENEZES FILHO, N.; KOMATSU, B. As cotas nas universidades públicas diminuem a qualidade dos ingressantes?. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 28, n. 69, p. 652–684, 2021. DOI: 10.18222/ea.v28i69.4427.